



Que tipo de aliança? O governo Biden e a Ucrânia diante do fator Rússia

What kind of alliance? The Biden government and Ukraine in the face of the Russia factor

¿Que tipo de alianza? El gobierno Biden y Ucrania frente al factor Rusia

Gustavo Oliveira Teles de Menezes¹

Reginaldo Mattar Nasser²

Recebido em: 01 de julho de 2022
Aprovado em: 23 de junho de 2023

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n1p25-41

Resumo:

Este artigo analisa o posicionamento do governo Biden sobre a questão de uma aliança EUA-Ucrânia. Argumenta-se que o apoio militar norte-americano à Ucrânia coincidiu com hesitações sobre o tipo de garantias providas ao país frente a possíveis tensões com a Rússia, dinâmica que perpassa as relações EUA-Ucrânia-Rússia no Pós-Guerra Fria.

Palavras-chave: EUA; Ucrânia; Rússia

Abstract:

This article analyzes the Biden administration's position on the issue of a US-Ukraine alliance. It is argued that American military support for Ukraine coincided with hesitations over the type of guarantees provided to Ukraine in the face of possible tensions with Russia, a question that permeates Post-Cold War US-Ukraine-Russia relations.

Keywords: USA; Ukraine; Russia

Resumen:

Este artículo analiza la posición del gobierno Biden sobre una alianza EE.UU.-Ucrania. Se argumenta que el apoyo militar estadounidense coincidió con vacilaciones sobre el tipo de garantías ofrecidas a Ucrania ante posibles tensiones con Rusia, dinámica que permea las relaciones EE.UU.-Ucrania-Rusia en el Posguerra Fría.

Palabras clave: EE.UU.; Ucrania; Rusia

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Contato: gustavo.ot.menezes@unesp.br.

2 Professor Livre-docente na área de Relações Internacionais da PUC-SP e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Coordenador do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Contato: regnasser@pucsp.br.

INTRODUÇÃO

A invasão russa à Ucrânia em 2022 foi recebida por diversos analistas, com razão, como uma ação surpreendente. Embora, é verdade, o acúmulo de tropas russas nos arredores da fronteira ucraniana e os alertas dos EUA indicassem a possibilidade de uma ação de tal tipo, os ataques lançados pela Rússia em fevereiro de 2022 excediam, em sua escala operacional e objetivos políticos, os parâmetros das operações bélicas russas no Pós-Guerra Fria. Ademais, apesar de um notório endurecimento das críticas ao governo ucraniano em 2021, o governo russo, até poucos dias antes da invasão de fevereiro de 2022, negava ter quaisquer planos nesse sentido (Rússia, 2022). A crise em torno da Ucrânia no final de 2021 e início de 2022 poderia expressar um clássico jogo de dissuasão, o que não necessariamente significa que o ato de ameaça crível se concretizaria.

Por outro lado, deve-se ressaltar que a Guerra Russo-Ucraniana é, em grande medida, desdobramento de dinâmicas estruturais no triângulo EUA-Ucrânia-Rússia que perpassam o Pós-Guerra Fria. A conformação do sistema de alianças dos EUA, em que se destaca o processo de expansão da OTAN, aproximou-se de uma Ucrânia que, periodicamente, se considerava ameaçada pela Rússia. Já esta última resistiu crescentemente às tentativas de avanço dos EUA na esfera de influência reivindicada por Moscou no espaço pós-soviético. A reivindicação ucraniana pela entrada na OTAN, que teve avanços e recuos no Pós-Guerra Fria, e o fortalecimento militar da Ucrânia por meio da cooperação com os EUA e membros da OTAN figuram entre as principais motivações alegadas pela Rússia para lançar a invasão de 2022.

Tendo em vista essas considerações, este artigo objetiva analisar como o governo Biden se posicionou quanto à questão de uma aliança EUA-Ucrânia à luz tanto das questões de segurança estruturais envolvendo EUA, Ucrânia e Rússia, quanto das percepções das lideranças desses países no Pós-Guerra Fria. Nesse sentido, pretendemos analisar comparativamente o governo Biden e seus antecessores.³

A EXPANSÃO DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um dos elementos centrais da grande estratégia dos EUA, voltada para a realização do status de primazia internacional, tem sido uma rede de aliados simultaneamente apoiados e contidos por Washington (Porter, 2018). O colapso da URSS e a perda de sua esfera de influência na área do antigo Pacto de Varsóvia ao final da Guerra Fria renovaram essas considerações, colocando os EUA diante de um dilema: atender aos interesses de segurança de países do leste e centro europeus - em variados graus, receosos de uma possível agressividade russa e desejosos de ingressar na OTAN - ou privilegiar a cooperação com a Rússia (Sarotte, 2022).

Diante das preocupações de Moscou, líderes dos EUA e de países europeus deram indicações a Mikhail Gorbachev e Boris Ieltsin de que a OTAN ou não se expandiria ou que, caso se expandisse, o faria gradualmente e considerando as posições soviéticas/russas (Savranskaya; Blanton, 2017; 2018). Em diversas ocasiões, Moscou chegou a sinalizar não ver

3 Dessa maneira, o presente trabalho abordará as perspectivas de outros atores somente em aspectos pertinentes para a discussão principal, dada a delimitação do objetivo do artigo e suas limitações de escopo.

problemas na expansão da OTAN, desde que tal processo incluísse a Rússia ou respeitasse seus interesses. Gorbachev, Ieltsin e Vladimir Putin chegaram até mesmo a aventar o ingresso da URSS/Rússia na OTAN (Radchenko, 2020; Sarotte, 2022; Stent, 2014, p.75-78).

Nesse sentido, cabe ressaltar que a busca por relações equitativas com o Ocidente e o reconhecimento de uma esfera de influência no espaço pós-soviético têm sido elementos característicos da política externa russa no Pós-Guerra Fria. Para atingir tais objetivos, a Rússia avaliou diversas plataformas, mecanismos e políticas, a depender do desenvolvimento das relações com os EUA e os países europeus. De início, na primeira metade dos anos 1990, o governo russo propunha uma gestão da segurança na Europa em torno da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE),⁴ organização da qual faz parte em conjunto com os EUA. Posteriormente, com a expansão Pós-Guerra Fria da OTAN e da União Europeia (UE) - e a concomitante marginalização da OSCE -, a Rússia, da segunda metade dos anos 1990 até por volta da primeira metade dos anos 2000, privilegiou tentativas de estabelecimento de mecanismos de consultas, decisões e ações conjuntas com a OTAN e a UE. Por fim, a partir da primeira metade dos anos 2000, a Rússia passou a concentrar esforços na efetiva fixação de uma divisão de esferas de influência com os EUA a partir da delimitação da atuação das estruturas políticas, econômicas e militares lideradas por Moscou, de um lado, e as lideradas pelas potências ocidentais, do outro (Zagorskii, 2017, p.5-18).

As opções dos EUA, todavia, contribuíram para afastar a possibilidade de entendimentos

mais amplos com a Rússia. Já no processo de unificação alemã, o presidente George H.W. Bush considerava a OTAN um ativo geopolítico crucial que os EUA não deveriam descartar mesmo após o fim da Guerra Fria. Desde então, uma regularidade da política dos EUA foi, com avanços e recuos, a abertura à expansão da OTAN a leste e o descarte da possibilidade de a Rússia ter um poder de veto institucionalizado sobre a aliança. Presidentes como H.W. Bush e Bill Clinton acreditavam que as objeções russas poderiam ser simplesmente ignoradas ou amortecidas por algum tipo de compensação (Sarotte, 2022).

Assim, apesar de os EUA, nos anos 1990, nominalmente não terem descartado a possibilidade de a Rússia entrar na OTAN, nunca houve uma genuína disposição de incluí-la, pois temia-se que a Rússia, com sua indisposição ou incapacidade de se subordinar a uma organização liderada pelos EUA, poderia paralisar o funcionamento da aliança (Radchenko, 2020, p.808-809). O máximo que os EUA se dispuseram a aceitar foram iniciativas de cooperação como o Ato Fundador OTAN-Rússia (1997) e o Conselho OTAN-Rússia (2002), que aproximavam os dois lados, mas sem dar o poder de veto equitativo buscado pela Rússia.

A exclusão da Rússia e as intervenções da OTAN nos Bálcãs - vistas em Moscou como provas de um caráter crescentemente ofensivo da aliança - fizeram a Rússia crescentemente enxergar a OTAN como uma latente ameaça a seus interesses nacionais. A partir dos anos 2000, tal visão foi acentuada pela percepção de intrusão estadunidense no espaço pós-soviético e por divergências em questões como o status do Kosovo, as ações dos EUA no Oriente Médio e planos norte-americanos que contrariavam as visões russas na área de controle de

⁴ Chamada de Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa entre sua fundação, nos anos 1970, e 1995.

armamentos (Sakwa, 2017; Stent, 2014; Tsygankov, 2019).

Já do ponto de vista dos EUA e de alguns países que pretendiam entrar na OTAN, algumas ações e processos políticos na Rússia, mesmo que involuntariamente, contribuíram para alimentar desconfianças sobre Moscou. Nos anos 1990, o uso da força por Ieltsin contra opositores e no conflito secessionista checheno contribuiu, em conjunto com o forte desempenho eleitoral de nacionalistas russos, para fortalecer a percepção de que a expansão da OTAN era necessária contra uma possível agressividade russa futura. Assim, o caráter da expansão da OTAN como uma possibilidade de “neo-contenção” da Rússia, inicialmente considerada nos bastidores, passou a ser cogitada publicamente já nos anos 1990 (Radchenko, 2020; Sarotte, 2022).

Pode-se dizer que as tensões entre os EUA e a Rússia associam-se a dois princípios recorrentemente discutidos sobre a arquitetura de segurança europeia: de um lado, o direito de cada país de escolher seus acordos de segurança e alianças; do outro, a proposição de que Estados não devem fortalecer sua segurança às custas da segurança de outros Estados. Apesar de tais princípios terem sido incorporados simultaneamente ao arcabouço da OSCE enquanto partes componentes da concepção da “segurança indivisível” (OSCE, 2010), as potenciais contradições práticas entre eles jamais foram plenamente resolvidas. Desse modo, ao longo do Pós-Guerra Fria, a OTAN passou por diversas rodadas de expansão, incluindo países que compunham o Pacto de Varsóvia e as ex-repúblicas soviéticas do Báltico. Esse processo enfrentou crescente resistência russa. Em agosto de 2008, a Rússia entrou em guerra contra a Geórgia, aspirante a membro

da aliança, em torno da região separatista da Ossétia do Sul, no que Sakwa (2017, p.153. Tradução nossa) chamou de “a primeira guerra para parar o alargamento da OTAN”. Desse modo, as tensões EUA/OTAN-Rússia se consolidaram como um dos principais problemas de segurança na Europa.

A UCRÂNIA ENTRE EUA E RÚSSIA (1991-2021)

Setores do governo dos EUA, mesmo antes do colapso da URSS, viam positivamente o surgimento da Ucrânia independente como um potencial contrapeso geopolítico à Rússia (Pifer, 2017, p.13-14). Durante a administração Clinton, havia aqueles que consideravam incluir a Ucrânia na OTAN de forma a não deixá-la na esfera de influência russa (Radchenko, 2020, p.799).

Simultaneamente, as relações Ucrânia-Rússia surgiram sob o signo de tensões latentes e complexidades que viriam a afetar a orientação externa da Ucrânia e as visões dos EUA sobre as relações com Kiev. De um lado, Ucrânia e Rússia mantiveram uma significativa interdependência econômica. Em particular, parte dos chamados “oligarcas” ucranianos, isto é, os grandes empresários do país, desenvolveu um interesse em manter relações econômicas estáveis com a Rússia. Do outro, uma regularidade das relações russo-ucranianas tem sido o embate entre o desejo russo por manter uma esfera de influência no espaço pós-soviético e o desejo da elite política ucraniana pelo resguardo da soberania de seu país, que historicamente resistiu a tais aspirações russas. Assim, a partir de 1991, a Ucrânia, sob diferentes governos, buscava pragmaticamente extrair benefícios econômicos das relações com a Rússia enquan-

to evitava aderir a iniciativas de integração com Moscou que limitassem a soberania do país (D'anieri, 2019a).

Havia, ademais, tensões territoriais. A consolidação do controle da Ucrânia na região da Crimeia, de maioria étnica russa, foi conturbada. Na primeira metade dos anos 1990, houve, na Crimeia, iniciativas de autonomia regional com potencial secessionista. Simultaneamente, embora o governo Ieltsin (1991-1999) tenha se comprometido com a integridade da Ucrânia, o parlamento russo tomou diversas iniciativas que questionavam o pertencimento da Crimeia à Ucrânia. A Ucrânia só conseguiu estabilizar sua soberania sobre a Crimeia a partir de 1995, enquanto que acordos regulando as relações Ucrânia-Rússia e a presença militar naval russa na Crimeia só foram finalizados em 1997 (D'anieri, 2019a; Sasse, 2007).

Nesse contexto, ainda no início dos anos 1990, a Ucrânia buscou contrapesos externos à Rússia. Em troca da abdicação das armas nucleares herdadas da URSS, a Ucrânia propunha receber garantias externas de segurança e reivindicou junto ao governo H.W. Bush o recebimento de garantias aos moldes do artigo 5 da OTAN, que trata da defesa coletiva (Pifer, 2017, p.48-51). Os EUA reagiram cautelosamente às propostas ucranianas, iniciando um padrão que se reproduziria no futuro. Desde antes do colapso da URSS, havia, nos EUA, a noção das complexidades políticas internas da Ucrânia e de sua importância geopolítica e cultural para os russos (Sarotte, 2022).

Assim, os EUA dispuseram-se a oferecer à Ucrânia garantias somente ao nível de *assurances* - um tipo menos forte do que *guarantees*, em particular no sentido de não implicar um compromisso com o emprego da força militar estadunidense (Pifer, 2017, p.48-51). Tal

abordagem se desdobrou no Memorando de Budapeste (1994), assinado por EUA, Reino Unido, Rússia e Ucrânia. As partes declaram-se comprometidas com a soberania e a integridade da Ucrânia, mas, no que tange à segurança, estipulou-se somente a possibilidade de consultas em caso de questões pertinentes a tal compromisso. Em caso de agressão ou ameaça de agressão com armas nucleares, declarou-se o compromisso com a mobilização de assistência à Ucrânia via Conselho de Segurança da ONU (EUA, 1994). Oficiais ucranianos admitiam aos EUA desconfianças sobre se a Rússia, de fato, respeitaria o memorando, e o viam como base para solicitar apoio caso Moscou desrespeitasse seus compromissos (Sarotte, 2022).

Outros importantes desdobramentos no triângulo EUA-Ucrânia-Rússia ocorreram durante o governo do presidente Leonid Kuchma (1994-2005) em Kiev. Sob Kuchma, a Ucrânia desenvolveu a chamada política externa “multivetorial”, caracterizada pela tentativa de equilibrar as relações com o Ocidente e a Rússia econômica e geopoliticamente (D'anieri, 2019a, p.73-74) - política essa que teve ecos futuros, em particular, como se verá adiante, na presidência de Viktor Ianukovych (2010-2014). Diante da frequente insegurança quanto à Rússia, o governo Kuchma, no âmbito da política “multivetorial”, via as relações com os EUA/OTAN como um contrapeso à Rússia, apesar de, inicialmente, a busca pelo ingresso na aliança não ter sido oficialmente assumida (Pifer, 2017, p.89-100, 123). Ilustrando a visão sobre as relações com a OTAN como uma espécie de seguro de longo prazo para a Ucrânia diante das desconfianças quanto à Rússia, Kuchma, em encontro com Clinton em 1997, afirmou que “Estamos lidando com a Rússia de Boris Nikolaievich [Ieltsin]

hoje, mas pode haver alguém com uma política completamente diferente no futuro. A relação OTAN-Ucrânia é um aviso a todos” (EUA, 1997. Tradução nossa).

No governo Clinton, considerava-se que o ingresso da Ucrânia na OTAN poderia garantir definitivamente a desnuclearização do país, mas havia relutância em oferecer as garantias do artigo 5, considerando possíveis reações negativas da Rússia e as extensas fronteiras e conexões histórico-culturais russo-ucranianas (Sarotte, 2022). Os EUA e a OTAN, apesar de nominalmente abertos à entrada da Ucrânia na aliança, dispunham-se a estabelecer uma relação sem os compromissos do artigo 5 (Pifer, 2017, p.89-100). Assim, Ucrânia e OTAN assinaram a Carta sobre uma Parceria Distintiva (1997), que estipulou a promoção da interoperacionalidade militar, bem como consultas de segurança e exercícios militares (OTAN, 1997). Em paralelo, desenvolvia-se a cooperação militar EUA-Ucrânia, incluindo exercícios e treinamentos (Pifer, 2017, p.104-106, 147).

No início dos anos 2000, a Ucrânia, distanciando-se de sua declarada intenção de neutralidade feita em 1990, assumiu o objetivo de entrar na OTAN. Para Kuchma, o momento de aproximação entre a aliança e a Rússia seria propício para o avanço das relações Ucrânia-OTAN, embora houvesse o temor de uma política russa expansionista sob Putin. Todavia, questões como a ausência de reformas barraram o encaminhamento do ingresso da Ucrânia (Pifer, 2017, p.180, 197-198, 222-223). Em 2004, a entrada na OTAN foi removida da doutrina militar ucraniana.

Esse mesmo ano viria a ser marcado, ainda, por importantes acontecimentos na relação EUA-Ucrânia-Rússia. A eleição presidencial ucraniana de 2004 pôs frente a frente Ianuko-

vych, apontado como candidato sucessor de Kuchma e apoiado pela Rússia, e Viktor Iushchenko, candidato de orientação pró-ocidental preferido pelos EUA. A ocorrência de fraudes em favor de Ianukovych, anunciado como vencedor, motivou a realização de protestos contra os resultados eleitorais - uma pauta apoiada pelo Ocidente, mas criticada fortemente pelo governo russo, que acusava as potências ocidentais de estarem por trás dos protestos. Um novo segundo turno foi realizado, do qual Iushchenko saiu como vencedor. Os eventos de 2004-2005 na Ucrânia, conhecidos como a “Revolução Laranja”, fizeram fortalecer-se, na visão da Rússia, a percepção de uma interferência ocidental no espaço pós-soviético baseada nas chamadas “revoluções coloridas”, consideradas por Moscou como episódios de manipulação do tema da democracia como pretexto para a consecução de objetivos geopolíticos. Nesse sentido, a Ucrânia passou a ser vista ainda mais como uma arena de projeção da rivalidade entre as grandes potências (D’anieri, 2019a, p.126-137).

A presidência de Iushchenko (2005-2010) foi caracterizada pela enfática busca pela entrada da Ucrânia na OTAN - apesar do apoio minoritário a tal decisão na sociedade ucraniana à época. Iushchenko, assim, distanciou-se dos marcos da política “multivetorial” de Kuchma (Arel; Driscoll, 2023). Contudo, dissensos na OTAN levaram à não concessão à Ucrânia, na Cúpula de Bucareste da aliança (2008), de um Plano de Ação de Associação (*Membership Action Plan*, MAP), importante passo para a admissão de novos membros na OTAN. Entre os motivos dos opositores do MAP para a Ucrânia, figurava o temor de reações negativas da Rússia. Ainda assim, em Bucareste, a OTAN afirmou, sem falar em prazos, que a Ucrânia se

tornaria um membro da aliança (Pifer, 2017, p.284-288; Stent, 2014, p.163-168).

Na época de Iushchenko, as ações russas contra a Geórgia e a iniciativa do governo Obama de reaproximação à Rússia geraram apreensão na Ucrânia. Em contatos com os EUA, políticos ucranianos defendiam a necessidade de garantias de segurança para o país (EUA, 2009). Posteriormente, a presidência de Ianukovych distanciou a Ucrânia da OTAN. Mais amigável à Rússia, o governo Ianukovych instituiu, em 2010, o status “extrabloco” (neutralidade) da Ucrânia, isto é, a não participação em alianças políticas-militares. Em troca da promessa de preços reduzidos para o gás importado da Rússia, o governo Ianukovych também acordou a extensão do período da presença militar naval russa na Crimeia (D’anieri, 2019a, p.182-185).

Objecções russas à entrada da Ucrânia na OTAN já vinham, explícita ou implicitamente, desde os anos 1990. Pelo Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria (1997), Rússia e Ucrânia se comprometeram a não entrar em acordos com terceiros voltados contra um dos lados e a não permitir que seus territórios fossem usados em detrimento da segurança das partes assinantes (Rússia, 1997). Em 1999, Ieltsin demandou de Kuchma a assinatura de um documento limitando as relações Ucrânia-OTAN. As posições russas também eram veiculadas aos EUA, mas foram rechaçadas pelo governo Clinton em nome do princípio de abertura da OTAN a novos membros (Sarotte, 2022). As críticas à expansão da OTAN e ao intervencionismo da aliança também estiveram presentes em um dos mais famosos discursos de Putin, realizado na Conferência de Segurança de Munique de 2007, que adquiriu fama pelas duras críticas do presidente russo à política global dos EUA

(Rússia, 2007). Na época da Cúpula de Bucareste da OTAN, Putin teria até mesmo insinuado a W. Bush que a Ucrânia corria o risco de desintegração se ingressasse na OTAN (Stent, 2014, p.168). A forte oposição russa à entrada da Ucrânia na OTAN, como de se esperar, era de conhecimento dos EUA (EUA, 2008).

A assertividade russa na busca por impedir a incorporação da Ucrânia à esfera de influência norte-americana/ocidental foi demonstrada na crise ucraniana de 2013-2014. Durante a presidência de Ianukovych, a Ucrânia vinha sendo persuadida tanto pela UE quanto pela Rússia para aderir a iniciativas de integração rivais lideradas pelas grandes potências. Ecoando a política “multivetorial” de Kuchma, Ianukovych, na tentativa de extrair benefícios de Moscou e Bruxelas, buscava aproximar-se de ambos os lados sem se comprometer em absoluto com nenhum de seus projetos (D’anieri, 2019a, p.187-210). Nesse sentido, o governo Putin temia a assinatura de um Acordo de Associação (AA) entre a Ucrânia e a UE, pois a implementação desse acordo afastaria a Ucrânia do projeto da União Econômica Eurasiática proposta por Moscou e poderia trazer prejuízos econômicos para a Rússia (D’anieri, 2019a, p.190-207). Além desse aspecto econômico, cabe mencionar que o seguimento da adesão da Ucrânia ao AA poderia se desdobrar no alinhamento da política externa e de segurança da Ucrânia, considerada um país chave nas considerações de segurança e esfera de influência russas, à UE (Sakwa, 2015, p.72-80).

Diante de incertezas sobre os benefícios da aproximação à UE, bem como de pressões e ofertas de apoio econômico russas, Ianukovych, no final de 2013, anunciou a suspensão das negociações sobre o AA com a UE. Essa decisão, no entanto, provocou protestos de parte

da população ucraniana, conhecidos como o “Euromaidan”. Com a forte repressão policial, os protestos cresceram para uma ampla contestação do governo Ianukoyvch, cujo autoritarismo e corrupção já causavam insatisfação e temores em parte significativa da sociedade ucraniana. Cabe ressaltar, nesse sentido, que as manifestações tiveram o apoio do governo e de destacados parlamentares norte-americanos, o que fomentou a percepção do governo russo sobre uma nova “revolução colorida” prejudicial aos interesses russos na Ucrânia. A crise culminou na derrubada de Ianukovych em fevereiro de 2014, episódio classificado pela Rússia como um golpe de Estado com apoio ocidental. Por outro lado, parte considerável da população do leste e sul ucranianos, históricos redutos do eleitorado pró-russo do país, via negativamente o Euromaidan por conta de fatores como sua orientação geopolítica e a presença de um elemento nacionalista ucraniano em tais protestos. Em 2014, a Rússia, instrumentalizando e instigando tais insatisfações, anexou a Crimeia e apoiou, inclusive militarmente, separatistas pró-russos na região do Donbass, composta pelas províncias de Donetsk e Luhansk.⁵

Assim, veio à tona, novamente, a questão de uma aliança EUA-Ucrânia. Em meio à crise na Crimeia, após a derrubada de Ianukovych, membros do novo governo e políticos ucranianos consideravam buscar apoio - inclusive no campo da dissuasão militar - dos EUA e da

OTAN para se contrapor ao que já julgavam amplamente ser uma agressão russa contra seu país (Ucrânia, 2014). Por outro lado, os EUA, apesar de condenarem as ações da Rússia, alertavam a Ucrânia a não tomar medidas que a Rússia pudesse usar como justificativa para realizar uma invasão em larga escala (D’anieri, 2019a, p.231; Ucrânia, 2014). Apesar do comedimento naquele momento, os EUA, posteriormente, além de constantes declarações defendendo a integridade da Ucrânia, intensificaram a cooperação em defesa e segurança com Kiev. Conforme o *Ukraine Freedom Support Act* (dezembro de 2014), os EUA declararam-se comprometidos com a provisão de capacidades militares para que a Ucrânia pudesse restaurar sua soberania e integridade territorial diante das ações russas (EUA, 2014). Paralelamente, a OTAN deu início a um reforço de sua presença militar nas regiões do Báltico e do Mar Negro, áreas de contato entre a aliança e a Rússia (D’anieri, 2019a, p.232-233; Sakwa, 2017, p.197-207; Zagorskii, 2017, p.125-126).

Apesar de tal momento ser um ponto de inflexão, é preciso lembrar de importantes nuances. O auxílio militar oferecido no governo Obama se restringia a treinamentos, consultoria e equipamentos não letais, apesar das demandas do governo ucraniano e do apoio do então vice-presidente Biden à transferência de armamentos letais - só providos a partir do governo Trump (Arabia; Bowen; Welt, 2023; Pifer, 2017, p.307-308; Seligman; Bertrand, 2021a). As escolhas de Obama foram creditadas exatamente ao temor de tensões com a Rússia. Nesse sentido, mesmo a política de Trump teve limitações: por exemplo, armamentos antitanque providos pelos EUA deveriam ser armazenados no oeste da Ucrânia, longe da Crimeia e do Donbass (Seligman; Bertrand, 2021a).

5 Uma discussão detalhada sobre o contexto geopolítico e os fatores domésticos relacionados à crise de 2013-2014 na Ucrânia (como as divisões regionais do país e as relações de atores políticos e econômicos locais com Ianukovych) foge ao escopo deste trabalho. Para análises mais aprofundadas sobre essas questões, bem como sobre a sequência de eventos em 2013-2014 e as ações de atores relevantes nesse período, ver Arel e Driscoll (2023), D’Anieri (2019a, p.175-252) e Sakwa (2015).

Os eventos de 2014 e o conflito com a Rússia tiveram significativas consequências para a política, a sociedade e o Estado ucranianos nos anos que precederam a invasão russa de 2022, com importantes desdobramentos nos assuntos de política externa. Por exemplo, a perda do controle territorial de Kiev sobre a Crimeia e os territórios sob controle separatista no Donbass significou um enfraquecimento do potencial eleitoral de forças políticas mais favoráveis a uma aproximação à Rússia, visto que as áreas em questão eram fortes redutos históricos do eleitorado pró-russo na Ucrânia (D'anieri, 2019b). Paralelamente, em comparação com o período pré-2014, observou-se um crescimento, na elite e na sociedade ucranianas, do apoio à entrada na OTAN e de visões negativas sobre a Rússia, como mostram diversas pesquisas de opinião pública. Cabe ressaltar, nesse sentido, que, mesmo que as históricas divisões regionais sobre identidade nacional e a orientação externa da Ucrânia não tenham sido plenamente superadas, tal fenômeno também foi registrado no leste e no sul do país (Kermach, 2017; Zolkina; Haran, 2017; Kyiv International Institute of Sociology, 2022).⁶

Durante o governo de Petro Poroshenko (2014-2019) a política extrabloco de Ianukovych foi revogada e emendas constitucionais definiram o ingresso na OTAN como objetivo da Ucrânia, embora tal aspiração não fosse

unanimidade no país. Em contraste com o período pré-2014, em que houve tendências de negligência das forças armadas e de segurança da Ucrânia, o período de conflito com a Rússia, a partir de 2014, caracterizou-se por um processo de reestruturação, modernização e fortalecimento das forças armadas do país que contou com apoio dos EUA e da OTAN. De um lado, esse processo viria a ser fundamental para elevar a capacidade de resistência contra os ataques russos lançados a partir de fevereiro de 2022 (Kudelia, 2022, p.253-255). Do outro, a Ucrânia não recebeu todos os armamentos solicitados junto aos EUA, o que viria a constituir um problema para as forças ucranianas diante da invasão russa de 2022 (D'anieri, 2022, p.77-78).

Conforme dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), os gastos militares anuais da Ucrânia saltaram de uma média de 2,7 bilhões de dólares, durante o governo Ianukovych, para 4,2 bilhões de dólares no período 2014-2021 (Banco Mundial, s.d.a). Em termos proporcionais, comparando esses dois períodos, os gastos militares anuais da Ucrânia elevaram-se de uma média de 1,65% para 3,16% do PIB (Banco Mundial, s.d.b). Com envolvimento dos EUA, o setor de defesa e as forças armadas da Ucrânia passaram por iniciativas de reformas e interoperacionalidade conforme padrões da OTAN. Entre 2014 e o início da invasão russa de 2022, a chamada “assistência de segurança” dos EUA à Ucrânia por meio dos Departamentos de Estado e Defesa atingiu mais de 2,7 bilhões de dólares (Arabia; Bowen; Welt, 2022). Embora tal processo não tenha levado à entrada da Ucrânia na OTAN ou a mudanças na postura dos EUA sobre garantias de segurança, seu desenvolvimento, concomitante à elevação da influência política

6 Cabe mencionar que as ausências da Crimeia e das partes do Donbass não controladas pelo Estado ucraniano nas pesquisas de opinião pública a partir de 2014 também contribuíram para tais transformações de indicadores. Para maiores detalhes a respeito das visões sobre a OTAN e a Rússia na sociedade ucraniana no período pré-invasão russa de 2022, ver, respectivamente, as séries históricas da agência Rating (Rating Group, 2013, 2023) e do Instituto Internacional de Sociologia de Kiev (Kyiv International Institute of Sociology, 2022).

dos EUA na Ucrânia, fez tornar-se frequente, no discurso da elite política russa, a descrição da Ucrânia como um país hostil sob “administração externa” (*vneshnee upravlenie*) dos EUA.

O GOVERNO BIDEN E A UCRÂNIA

Em janeiro de 2021, portanto, Biden assumiu a presidência dos EUA herdando significativas tensões no triângulo EUA-Ucrânia-Rússia. Em março-abril de 2021, o novo governo dos EUA foi posto sob teste com a crise ocasionada por novos incidentes militares no Donbass e o acúmulo de tropas russas próximas à fronteira ucraniana, situação que reacendeu o espectro de uma guerra em larga escala. Em meio à crise, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, que assumiu o cargo em 2019, argumentou que a entrada da Ucrânia na OTAN seria um meio para acabar com o conflito no Donbass e se contrapor à Rússia (Ucrânia, 2021).

A crise foi contornada pela diplomacia. Biden teve conversações com Putin e propôs a realização de uma cúpula bilateral, realizada na Suíça em junho de 2021. Paralelamente, temendo tensões com a Rússia, os EUA cancelaram a passagem de navios militares pelo Mar Negro (Seligman; Bertrand, 2021b). Dias após a conversa com Biden, o governo russo anunciou uma redução dos contingentes militares nos arredores da fronteira com a Ucrânia. Após a renovação, em janeiro de 2021, do New Start (acordo de limitação de armamentos nucleares), Biden e Putin assinaram, em junho, uma declaração conjunta repudiando um cenário de guerra nuclear (EUA, 2021a).

O tema de uma aliança EUA-Ucrânia continuou em pauta. Face à insistência de

Zelensky em fazer a Ucrânia entrar na OTAN, Biden chegou a afirmar que o conflito territorial com a Rússia não seria um impeditivo para o ingresso, mas enfatizou que a Ucrânia deveria cumprir requisitos de combate à corrupção para entrar na aliança. Sem mencionar garantias de segurança, Biden afirmou que os EUA se comprometeriam a capacitar a Ucrânia a resistir a agressões russas (EUA, 2021b). Essa postura refletiu-se na Declaração Conjunta sobre a Parceria Estratégica EUA-Ucrânia, de setembro de 2021, que reiterou o compromisso dos EUA com a integridade da Ucrânia e o combate à “contínua agressão russa”. Estipulou-se a continuidade da cooperação em segurança e defesa, incluindo a provisão de armamentos à Ucrânia, e o apoio às suas “aspirações Euro-Atlânticas” (EUA, 2021c). A possibilidade de entrada da Ucrânia na OTAN, portanto, continuou viva enquanto princípio, mas não teve encaminhamentos específicos.

Meses depois, as tensões em torno da Ucrânia voltariam a ganhar notoriedade. A liderança russa intensificou o discurso sobre a Ucrânia como uma ameaça dirigida pelos EUA. Por exemplo, Putin, em polêmico artigo de julho de 2021, questionou os fundamentos históricos do território da Ucrânia pós-soviética e acusou os grupos governantes ucranianos e as potências ocidentais de terem feito do país uma “anti-Rússia” fortalecida militarmente pelo Ocidente e submissa aos interesses geopolíticos deste último (Putin, 2021). Em linha com o discurso russo sobre o *vneshnee upravlenie* ocidental sobre a Ucrânia, o ex-presidente e ex-primeiro-ministro Dmitrii Medvedev, líder do partido putinista Rússia Unida e vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, afirmou que a Ucrânia havia se tornado um “vassalo” do Ocidente cujo governo, composto

por políticos não confiáveis e sem autonomia, não seria um interlocutor razoável para Moscou (Medvedev, 2021). No final de 2021, o governo russo, em paralelo à realização de exercícios militares e um novo acúmulo de tropas nos arredores da Ucrânia - ações que os EUA denunciaram como indicativos de uma possível invasão - propôs projetos de acordos aos EUA e à OTAN.

Anunciados nos moldes de um ultimato, os projetos russos continham demandas pertinentes à Ucrânia. A Rússia buscou dos EUA compromissos de não expansão da OTAN para países da ex-URSS e de não desenvolvimento da cooperação militar norte-americana com Estados dessa região não incorporados à aliança, incluindo o não estabelecimento de bases militares e o não uso de infraestrutura para fins militares (Rússia, 2021a). Similarmente, a Rússia propôs que os membros da OTAN se comprometessem a não promover a expansão da aliança, mencionando a Ucrânia nesse sentido, e a não conduzir atividades militares no território ucraniano (Rússia, 2021b). Ambos os documentos invocaram as referidas proposições da segurança indivisível e a de que os Estados não devem adotar políticas prejudiciais à segurança de outros Estados (Rússia, 2021a; 2021b). Os EUA mostraram disposição para negociar o não estabelecimento de sistemas de mísseis ofensivos e forças na Ucrânia, mas não abdicaram da possibilidade de expansão da OTAN. O governo Biden mencionou, nesse sentido, o referido princípio da liberdade de escolha de acordos de segurança e alianças (EUA, 2022). Assim, Biden comportou-se em linha com os referidos princípios da política externa norte-americana afirmados nos anos 1990, negando um institucionalizado poder de veto russo sobre a OTAN.

A Rússia não se satisfaz com a resposta do governo Biden (Rússia, 2022). Tal insatisfação se somou a outros fatores domésticos na Ucrânia - para além dos já mencionados acima - para acentuar as incongruências de interesses no triângulo EUA-Ucrânia-Rússia. Apesar de eleito com a promessa de estabelecer a paz no Donbass, Zelensky, à semelhança de Poroshenko, não se dispôs a implementar certos elementos do Acordo de Minsk de 2015 (a plataforma de negociações para a resolução do conflito na região) à maneira preferida pela Rússia. Isso diz respeito particularmente à questão da reintegração dos territórios então sob controle separatista (os quais a Ucrânia considerava como efetivamente ocupados pela Rússia), com autonomia político-administrativa, ao Estado ucraniano. Com a concretização dessa medida, a Rússia esperava ter um reduto de influência pró-russa dentro da Ucrânia capaz de influenciar os rumos políticos deste país, incluindo no que tange à sua política externa, em um sentido consonante com os interesses de Moscou. Entretanto, diante da rejeição e de pressões de parte da elite política e da sociedade ucranianas, os governos em Kiev não se dispuseram a implementar a autonomia no Donbass como a Rússia desejava (Arel; Driscoll, 2023; D'anieri, 2022).

Ademais, durante o governo Zelensky, setores considerados pró-russos da Ucrânia sofreram pressões políticas e jurídicas que evidenciaram tendências de cerceamento de sua atuação no país. Entre os alvos dessas ações, estava o então deputado Viktor Medvedchuk, que atuava como um dos líderes do partido Plataforma de Oposição - Pela Vida. Conhecido por sua proximidade à elite putinista, Medvedchuk era o principal aliado do governo russo na Ucrânia (D'anieri, 2022). As ações mencionadas

acima punham em questão elementos chave da estratégia política russa quanto à Ucrânia, o que certamente influenciou - em conjunto com a manutenção das divergências em torno das relações Ucrânia-EUA/OTAN - a decisão de Putin pela invasão de 2022 enquanto meio voltado para a imposição do controle político russo sobre a Ucrânia.

Em meio à crise de 2021-2022, o governo Biden enviou sucessivos pacotes de equipamento militar à Ucrânia. Iniciada a invasão russa, os EUA tomaram a dianteira entre os países que se dispuseram a auxiliar a Ucrânia, inclusive no sentido militar. Somente nos doze primeiros meses subsequentes à invasão russa de 2022, o montante de “assistência em segurança” destinado pelos EUA à Ucrânia alcançou 31,7 bilhões de dólares. Nesse período, os EUA comprometeram-se a enviar à Ucrânia, entre outros, helicópteros, munição, obuses, lançadores de mísseis e sistemas antiaéreos e antitanque (Arabia; Bowen; Welt, 2023). Cabe ressaltar, ademais, que os EUA têm provido apoio em inteligência à Ucrânia (Khurshudyan et al., 2023). Por outro lado, o governo Biden, à semelhança de outros momentos na política dos EUA para a Ucrânia, tem exibido limites que expressam uma cautela típica das ambiguidades entre as grandes potências. Isso pôde ser observado principalmente em duas questões: as garantias de segurança para a Ucrânia e a transferência de armamentos a Kiev.

O tema das garantias de segurança foi resgatado com destaque nas discussões sobre uma solução da Guerra Russo-Ucraniana. Zelensky chegou a sinalizar disposição para o status de neutralidade militar ucraniana favorecido pela Rússia, desde que, como contrapartida, a Ucrânia recebesse garantias externas de segurança legalmente vinculantes. Em março de 2022,

um plano de garantias produzido pelo governo ucraniano propôs que os possíveis Estados garantidores, entre os quais os EUA (e a Rússia), se comprometessem a prover auxílio, incluindo na forma de possíveis transferências de armamentos e do uso da força, em caso de um ataque à Ucrânia (Rustamova, 2022). Nos meses iniciais da invasão russa de 2022, os governos ucraniano e russo teriam avançado, ainda que de maneira preliminar, em considerar um possível acordo segundo o qual a Ucrânia renunciaria à busca pela entrada na OTAN em troca da retirada de tropas russas dos territórios ucranianos ocupados em 2022. A Ucrânia, ademais, receberia garantias de segurança de outros países (Hill; Stent, 2022).

Durante a guerra, os EUA chegaram a afirmar que aceitariam qualquer decisão da Ucrânia sobre a OTAN (Chernenko, 2022), mas, conforme informações da mídia norte-americana, mostraram relutância em oferecer o tipo de garantia buscado pela Ucrânia (Bertrand, 2022). Uma das marcas do posicionamento dos EUA e da OTAN sobre a guerra tem sido exatamente a indisposição para o combate direto em território ucraniano com vistas a evitar um choque militar direto com a Rússia.

As negociações de paz russo-ucranianas estagnaram a partir de abril de 2022. O governo ucraniano se afastou das negociações, o que tem sido atribuído à revelação de crimes de guerra cometidos por forças russas e à persuasão do ex-primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, que se opunha a negociações com Putin (Romaniuk, 2022). O tema das garantias de segurança, contudo, continuou em voga, embora com significativas reformulações em relação às ideias iniciais das negociações russo-ucranianas. Em setembro de 2022, o governo ucraniano publicou o chamado Pacto

de Segurança de Kiev (*Kyiv Security Compact*), um projeto de garantias de segurança para o país. No documento, o governo ucraniano sugeriu que os possíveis fornecedores de garantias - entre os quais, novamente, os EUA (mas não a Rússia) - se comprometessem a contribuir para a provisão de capacidades militares para a autodefesa da Ucrânia - via, por exemplo, treinamentos, transferências de armamentos e investimentos na indústria militar ucraniana. Adicionalmente, distanciando-se da ideia da neutralidade, a entrada na OTAN foi mencionada como aspiração de longo prazo da Ucrânia (Ucrânia, 2022). O desejo de ingresso na OTAN foi publicamente enfatizado por Zelensky (Zelensky, 2022).

No que tange ao apoio militar à Ucrânia, a administração Biden, buscando minimizar o risco de escalada de tensões com a Rússia, demonstrou hesitação e cautela na questão da transferência de diversos tipos de armamentos à Ucrânia (McLeary; Banco; Seligman, 2022). Por exemplo, o governo Biden limitou o alcance de mísseis providos à Ucrânia de forma a evitar ataques que atingissem o território russo com equipamento transferido pelos EUA. Nesse sentido, obteve-se garantias da Ucrânia de que ações desse tipo não seriam tomadas (Shear, 2022). Após declarações de altos oficiais estadunidenses de que a guerra na Ucrânia seria aproveitada para enfraquecer estrategicamente a Rússia, Biden declarou que os EUA não desejavam “prolongar a guerra apenas para infligir dor à Rússia” nem habilitariam ou encorajariam a Ucrânia a “atacar além de suas fronteiras” (Biden, 2022. Tradução nossa.). Há, contudo, a questão das divergências de interpretação com a Rússia, que carregam potenciais de tensão. Diante do apoio político e militar norte-americano à Ucrânia, o go-

verno russo acusou reiteradamente os EUA de escalarem a guerra e classificou o envolvimento estadunidense no conflito como direto (Rússia, 2023a). Deve-se mencionar, ademais, a questão territorial: os EUA e a Ucrânia não reconhecem as anexações russas da Crimeia (2014) e de territórios nas províncias ucranianas de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia (2022). O governo ucraniano declarou que a recuperação de tais áreas, que Moscou considera como parte do Estado russo, é um objetivo de guerra.

No que tange às questões das garantias de segurança e da entrada da Ucrânia na OTAN, o governo Biden, apesar de oficialmente não ter abdicado da chamada política de “portas abertas” da aliança, tem considerado, conforme informações da mídia ocidental, ainda não haver condições para um encaminhamento do ingresso da Ucrânia na OTAN. O governo dos EUA, ademais, ainda teria relutância sobre um aprofundamento das relações de Kiev com a aliança durante a guerra. O temor de uma escalada de tensões com a Rússia permaneceria um dos motivos por trás de tal postura (Foy; Schwartz, 2023). Em abril de 2023, a posição oficial da OTAN era a de que a promessa da Cúpula de Bucareste não foi abandonada. Por outro lado, conforme o secretário geral da aliança, Jens Stoltenberg, a concretização do acesso da Ucrânia dependeria, além da realização de adaptações aos padrões operacionais e doutrinários da OTAN, do encerramento da guerra com sucesso militar ucraniano frente à invasão russa (OTAN, 2023).

No contexto da guerra, o governo Biden elevou como nunca antes o apoio militar estadunidense à Ucrânia. Dessa maneira, a administração Democrata sinalizou uma maior exposição ao risco de tensões com a Rússia em comparação com as administrações precedentes

no Pós-Guerra Fria - sejam elas do Partido Democrata ou do Republicano.⁷ Por outro lado, considerando o mesmo histórico dos governos dos EUA no Pós-Guerra Fria, pode-se dizer que a política do governo Biden sobre uma aliança com a Ucrânia se alinhou, em grande medida, a parâmetros precedentes. O governo Biden, como visto, não abriu mão, enquanto princípio, da possibilidade de expansão da OTAN para a Ucrânia, novamente rejeitando um poder de veto da Rússia sobre a aliança. Por outro lado, questões práticas, com destaque para o temor de tensões diretas com a Rússia, continuaram a moderar as visões dos EUA sobre três variáveis cruciais para uma aliança com Kiev: o status da Ucrânia frente à OTAN; a questão das garantias de segurança à Ucrânia; e os tipos de apoio militar a Kiev.

CONCLUSÃO

A invasão russa à Ucrânia em 2022 ocasionou as maiores tensões no sistema internacional Pós-Guerra Fria. Como visto acima, essa situação, em grande parte, é um desdobramento de disputas no Pós-Guerra Fria que não só não foram resolvidas, como se agravaram e se remodelaram de modo a culminar na Guerra Russo-Ucraniana.

Os EUA exerceram um papel crucial nesse processo histórico. A aproximação dos EUA à Ucrânia, estimulada pela busca ucraniana por contrapesos à Rússia, historicamente provocou

sensações de insegurança na Rússia, engendrando uma espécie de dilema de segurança envolvendo os três países. Em meio ao estado de confrontação entre Ucrânia e Rússia desde 2014, a permanência da abertura da OTAN à Ucrânia e o fortalecimento militar da Ucrânia promovido pelos EUA e aliados foram dois dos motivos que pautaram as ações militares russas em 2022.

Diante da herança histórica e de fatores conjunturais, o governo Biden, como se buscou demonstrar neste trabalho, exibiu grande continuidade com o histórico da política dos EUA para a Ucrânia. De um lado, manteve-se formalmente aberto à entrada da Ucrânia na OTAN, mas, em especial diante da invasão russa, exibiu cautela quanto à provisão de garantias de segurança a Kiev. Biden também expandiu o apoio militar dos EUA à Ucrânia, mas tentou gerir tal política de modo a mitigar o risco de tensões com a Rússia. Em ambas as dimensões, observa-se uma tensão entre a possibilidade de ampliar a esfera de influência dos EUA, por meio da expansão de seu sistema de alianças e parcerias, e a busca por evitar choques diretos com outra grande potência, comportamento típico da era nuclear.

Os eventos de 2022 aumentaram as percepções ocidentais sobre uma Rússia com intenções agressivas, intensificando a *rationale* de “neocontenção” à Rússia fortalecida na OTAN desde a crise de 2014 na Ucrânia. O Conceito Estratégico da OTAN publicado na cúpula de Madri da aliança (junho de 2022) classificou a Rússia como a ameaça mais direta e significativa aos membros da OTAN e reiterou a decisão da Cúpula de Bucareste sobre a Ucrânia (OTAN, 2022). Kiev, por sua vez, afirmou o contínuo interesse em entrar na OTAN. No contexto de crise e guerra, observa-se inicia-

⁷ Cabe lembrar que certas correntes do Partido Republicano manifestaram posições mais vocais no sentido de controlar ou limitar (em alguns casos, até mesmo encerrar) o apoio militar e econômico dos EUA à Ucrânia. Eleitores desse partido também tendem a ser mais relutantes do que os do Partido Democrata sobre a questão do apoio norte-americano à Ucrânia (Fox; Zanona, 2023).

tivas de intensificação da presença militar dos EUA e da OTAN no chamado flanco oriental da aliança.

Já Moscou, no contexto das tensões relacionadas à Guerra Russo-Ucraniana, acusou os EUA de terem desencadeado uma “guerra híbrida” e executado políticas que constituem riscos à segurança da Rússia. O governo russo afirmou, ainda, ter interesse em uma “coexistência pacífica” com os EUA, mas ressaltou que a concretização de tal cenário dependeria do grau de disposição dos EUA para respeitar os interesses russos (Rússia, 2023b). Diante das possíveis reações russas às políticas dos EUA/OTAN na Europa, e caso permaneçam as incompatibilidades históricas nas visões de EUA e Rússia sobre a segurança europeia, o triângulo EUA-Ucrânia-Rússia tem o potencial de permanecer uma fonte de tensões internacionais.

REFERÊNCIAS

- ARABIA, Christina; BOWEN, Andrew; WELT, Cory. U.S. Security Assistance to Ukraine. **Congressional Research Service**, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12040/1>. Acesso em: 1 abr. 2023.
- ARABIA, Christina; BOWEN, Andrew; WELT, Cory. U.S. Security Assistance to Ukraine. **Congressional Research Service**, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12040/23>. Acesso em: 9 abr. 2023.
- AREL, Dominique; DRISCOLL, Jesse. **Ukraine's Unnamed War**. Before the Russian Invasion of 2022. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Military expenditure (current USD) - Ukraine**, s.d.a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=UA>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Military expenditure (% of GDP) - Ukraine**, s.d.b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=UA>. Acesso em: 1 abr. 2023.
- BERTRAND, Natasha. The US and its allies are weighing security guarantees for Ukraine, but they're unlikely to give Kyiv what it wants. **CNN**, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/04/01/politics/ukraine-security-guarantee-discussions/index.html>. Acesso em: 24 maio 2022.
- BIDEN, Joe. President Biden: What America Will and Will Not Do in Ukraine. **The New York Times**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/05/31/opinion/biden-ukraine-strategy.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CHERNENKO, Elena. «My ne dumali, chto Rossiia blefuet». **Kommersant**, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5236970>. Acesso em: 21 maio 2022.
- D'ANIERI, Paul. **Ukraine and Russia**. From Civilized Divorce to Uncivil War. Cambridge: Cambridge University Press, 2019a.
- D'ANIERI, Paul. Gerrymandering Ukraine? Electoral Consequences of Occupation. **East European Politics and Societies**, v.33, n.1, 2019b, p.89-108.
- D'ANIERI, Paul. Ucrânia e Rússia: dos acordos de Minsk à invasão de 2022. In: LOUREIRO, Felipe (Org.). **Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- EUA. **Memorandum on security assurances in connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons**, 5 dez. 1994. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%203007/Part/volume-3007-I-52241.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- EUA. **Memorandum of conversation. Meeting with President Kuchma of Ukraine**, 16 maio 1997. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101469>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- EUA. **Nyet means nyet: Russia's NATO enlargement redlines**, 1 fev. 2008. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/08MOSCOW265_a.html. Acesso em: 23 maio 2022.
- EUA. **ASD Vershbow In Kyiv: Ukrainians Concerned About Russian Threat; Calm On Missile Defense**, 5 out. 2009. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/09KYIV1728_a.html. Acesso em: 9 jun. 2022.
- EUA. **Ukraine Freedom Support Act of 2014**, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://www.congress.gov/113/plaws/publ272/PLAW-113publ272.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- EUA. **U.S.-Russia Presidential Joint Statement on Strategic Stability**, 16 jun. 2021a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/16/u-s-russia-presidential-joint-statement-on-strategic-stability/>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- EUA. **Remarks by President Biden in Press Conference**, 14 jun. 2021b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/06/14/remarks-by-president-biden-in-press-conference-3/>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- EUA. **Joint Statement on the U.S.-Ukraine Strategic Partnership**, 1 set. 2021c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/09/01/joint-statement-on-the-u-s-ukraine-strategic-partnership/>. Acesso em: 11 maio 2022.
- EUA. Non-paper. Areas of Engagement to Improve Security. **El País**, 2 fev. 2022. Disponível em: https://elpais.com/in-fografias/2022/02/respuesta_otan/respuesta_otan_eeuu.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.
- FOX, Lauren; ZANONA, Melanie. Republican leaders wrestle with GOP splinter on Ukraine aid on Capitol Hill. **CNN**, 22 fev. 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/02/22/politics/ukraine-aid-republican-leaders/index.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- FOY, Henry; SCHWARTZ, Felicia. US opposes offering Ukraine a road map to Nato membership. **Financial Times**, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/c37ed-22d-e0e4-4b03-972e-c56af8a36d2e>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- HILL, Fiona; STENT, Angela. The World Putin Wants. **Foreign Affairs**, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.fo->

reignaffairs.com/russian-federation/world-putin-wants-fiona-hill-angela-stent. Acesso em: 3 abr. 2023.

KERMACH, Ruslan. Attitudes of Ukrainians toward Russia and Russians: Dynamics and Main Trends. In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (eds.). **Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas**. Kiev: Stylos Publishing, 2017.

KHURSHUDYAN, Isabelle; LAMOTHE, Dan; HARRIS, Shane; SONNE, Paul. Ukraine's rocket campaign reliant on U.S. precision targeting, officials say. **The Washington Post**, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/02/09/ukraine-himars-rocket-artillery-russia/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

KUDELIA, Serhiy. The Ukrainian State under Russian Aggression: Resilience and

Resistance. **Current History**, v.121, n.837, 2022, p.251-257.

KYIV INTERNATIONAL INSTITUTE OF SOCIOLOGY. **Attitude of the population of Ukraine to Russia and what the relations between Ukraine and Russia should be, February 2022**, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1102&page=1>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MCLEARY, Paul; BANCO, Erin; SELIGMAN, Lara. First Javelins. Then HIMARS. Now Patriot. What's next? **Politico**, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.politico.com/amp/news/2022/12/28/himars-patriot-russia-ukraine-biden-00075708>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MEDVEDEV, Dmitrii. Pochemu bessmyslenny kontakt s nyneshnim ukrainskim rukovodstvom. **Kommersant**, 11 out. 2021. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5028300>. Acesso em: 29 mar. 2023.

OSCE. **Astana Commemorative Declaration. Towards a Security Community**, 3 dez. 2010. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/b/6/74985.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

OTAN. **Charter on a Distinctive Partnership between the North Atlantic Treaty Organization and Ukraine**, 9 jul. 1997. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25457.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.

OTAN. **Madrid Summit Declaration**, 29 jun. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_196951.htm. Acesso em: 31 mar. 2023.

OTAN. **Press conference by NATO Secretary General Jens Stoltenberg following the meetings of NATO Ministers of Foreign Affairs**, 5 abr. 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_213478.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

PIFER, Steven. **The Eagle and the Trident**. U.S.-Ukraine Relations in Turbulent Times. Washington: The Brookings Institution, 2017.

PORTER, Patrick. Why America's Grand Strategy Has Not Changed. **International Security**, v.42, n.4, 2018, p.9-46.

PUTIN, Vladimir. Star'ia Vladimira Putina «Ob istoricheskom edinstve russkikh i ukraintsev». **Presidente da Rússia**, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://kremlin.ru/events/president/news/66181>. Acesso em: 29 mar. 2023.

RADCHENKO, Sergey. 'Nothing but humiliation for Russia': Moscow and NATO's eastern enlargement, 1993-1995. **Journal of Strategic Studies**, v.43, n.6-7, 2020, p.769-815.

RATING GROUP. **Dynamika ideolohichnykh markeriv**, 16 out. 2013. Disponível em: <https://www.slideshare.net/Rating-group/2013-27238947>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RATING GROUP. **Zovnishn'opolitychni nastroii**, 23 jan. 2023. Disponível em: https://ratinggroup.ua/files/rating-group/reg_files/rg_ua_international_1000_012023.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

ROMANIUK, Roman. Vid "kapituliatsiii" Zelens'koho do kapituliatsiii Putina. Iak idut' perehovory z Rosiieiu. **Ukraiins'ka pravda**, 5 maio 2022. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2022/05/5/7344096/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

RÚSSIA. **Dogovor o druzhbe, sotrudnichestve i partnerstve mezhdú Rossiiskoi Federatsiei i Ukrainoi**, 31 maio 1997. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/1902220>. Acesso em: 5 abr. 2023.

RÚSSIA. **Vystuplenie i diskussii na Miunkhenskoii konferentsii po voprosam politiki bezopasnosti**, 10 fev. 2007. Disponível em: <https://kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 31 mar. 2023.

RÚSSIA. **Dogovor mezhdú Rossiiskoi Federatsiei i Soedinnennymi Shtatami Ameriki o garantiakh bezopasnosti**, 17 dez. 2021a. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790818/. Acesso em: 22 maio 2022.

RÚSSIA. **Soglashenie o merakh obespecheniia bezopasnosti Rossiiskoi Federatsii i gosudarstv-chlenov Organizatsii Severoatlanticheskogo dogovora**, 17 dez. 2021b. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/. Acesso em: 22 maio 2022.

RÚSSIA. **O peredache pis'mennoi reaksii na otvet amerikanskoi storony po garantiyam bezopasnosti**, 17 fev. 2022. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/news/1799157/. Acesso em: 10 abr. 2023.

RÚSSIA. **Comment by Press Secretary of the Embassy of the Russian Federation in the United States Igor Girenko**, 16 fev. 2023a. Disponível em: https://washington.mid.ru/en/press-centre/news/comment_by_press_secretary_of_the_embassy_of_the_russian_federation_in_the_united_states_igor_girenko/. Acesso em: 10 abr. 2023.

RÚSSIA. **Kontseptsiiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii**, 31 mar. 2023b. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/1860586/. Acesso em: 9 abr. 2023.

RUSTAMOVA, Farida. Ukraine's 10-point plan. **Faridaily**, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://faridaily.substack.com/p/ukraines-10-point-plan?s=r>. Acesso em: 24 maio 2022.

SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands**. London: I.B. Tauris, 2015.

SAKWA, Richard. **Russia Against the Rest: The Post-Cold War Crisis of World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SAROTTE, Mary. **Not One Inch**. America, Russia, and the Making of Post-Cold War Stalemate. New Haven e Londres: Yale University Press, 2022.

SASSE, Gwendolyn. **The Crimea Question: Identity, Transition, and Conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

SAVRANSKAYA, Svetlana; BLANTON, Tom. NATO Expansion: What Gorbachev Heard. **National Security Archive**, 12 dez. 2017. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAVRANSKAYA, Svetlana; BLANTON, Tom. NATO Expansion: What Yeltsin Heard. **National Security Archive**, 16

mar. 2018. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2018-03-16/nato-expansion-what-yeltsin-heard>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SELIGMAN, Lara; BERTRAND, Natasha. Can Ukraine deploy U.S.-made weapons against the Russians? **Politico**, 12 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2021/04/12/ukraine-us-missile-weapons-russia-480985>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SELIGMAN, Lara; BERTRAND, Natasha. U.S. drops plans to send destroyers into the Black Sea due to concerns over Russia. **Politico**, 15 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2021/04/15/us-navy-ukraine-russia-tensions-481897>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SHEAR, Michael D. U.S. to Send Ukraine \$700 Million in Military Aid, Including Advanced Rockets. **The New York Times**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/05/31/us/politics/biden-ukraine-rockets.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

STENT, Angela. **The limits of Partnership: U.S.-Russian Relations in the Twenty-First Century**. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia and America**. The Asymmetric Rivalry. Cambridge: Polity, 2019.

UCRÂNIA. **Stenohrama zasidannia Rady natsional'noii bezpeky i oborony pid holovuvanniam v.o. Prezidenta Ukrainy, Holovy Verkhovnoii Rady Ukrainy O.V. Turchynova**, 28 fev. 2014. Disponível em: https://uk.wikisource.org/wiki/Файл:Стенограма_засідання_Ради_національної_безпеки_і_оборони_України_від_28_лютого_2014_року.djvu. Acesso em: 23 maio 2022.

org/wiki/Файл:Стенограма_засідання_Ради_національної_безпеки_і_оборони_України_від_28_лютого_2014_року.djvu. Acesso em: 23 maio 2022.

UCRÂNIA. **Prezydent Ukrainy proviv telefonnu rozmovu z Heneral'nym sekretarem NATO**, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/prezident-ukrayini-proviv-telefonnu-rozmovu-z-generalnim-sek-67813>. Acesso em: 5 abr. 2023.

UCRÂNIA. **The Kyiv Security Compact**, 13 set. 2022. Disponível em: https://www.president.gov.ua/storage/j-files-storage/01/15/89/41fd0ec2d72259a561313370cee-1be6e_1663050954.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023.

ZAGORSKII, Andrei. **Rossia v sisteme evropeiskoi bezopasnosti**. Moscou: IMEMO RAN, 2017.

ZELENSKY, Volodymyr. My robymo svii vyznachal'nyi krok, pidpysuiuchy zaiavku Ukrainy na vstup u pryshydshe nomu poriadku do NATO - zvernennia Prezidenta Volodymyra Zelens'koho. **Presidente da Ucrânia**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/mi-robimo-svij-viznachalnij-krok-pidpisuyuchi-zayavku-ukrayi-78173>. Acesso em: 4 abr. 2023.

ZOLKINA, Maria; HARAN, Olexiy. Changes in the Foreign Policy Orientations of Ukrainians after the Euromaidan: National and Regional Levels. In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (eds.). **Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas**. Kiev: Stylos Publishing, 2017.